ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-06-22	
O Secretário da Mesa	
Sofia Araújo (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2020.06.22 20:32:25 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 3503 / XIV (1 .ª)

Assunto: Novas irregularidades no processo de avaliação do programa Research 4 covid-19 desenvolvido pela FCT

Destinatário: Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Depois das primeiras dúvidas levantadas sobre o conflito de interesses verificado entre alguns membros da comissão que avaliou 302 projetos de investigação sobre a pandemia de covid-19 que apresentaram uma proposta a concurso e tiveram direito a apoios até 30 mil euros, assunto sobre o qual o PSD já pediu explicações através de uma Pergunta Parlamentar, surgem agora novas denúncias relativas à falta de informação prestada aos candidatos que não viram as suas candidaturas aprovadas.

Independentemente da qualidade das propostas apresentadas, e não cabendo ao poder político intervir seja de que forma for nessa decisão, compete aos organismos do Estado garantir o cumprimento das leis em vigor e atuar de forma transparente e respeitosa por quem se esforça e se apresenta a concurso.

Ora, como deveria ser do conhecimento da FCT e do Ministério da Ciência e Tecnologia, a legislação em vigor obriga, além da normal consulta prévia de interessados e como em qualquer outro processo sujeito a avaliação, o acesso dos candidatos à sua avaliação, aos critérios de avaliação e causas de exclusão. Se essa é uma obrigação de qualquer instituição pública, para a FCT, pelo perfil de excelência que deve exigir e garantir, essa transparência e rigor de avaliação devem ser requisitos ainda mais necessários.

Foi com perplexidade que os Deputados do PSD tomaram conhecimento que vários investigadores viram recusada pela FCT o acesso aos critérios de avaliação, aos pareceres dos peritos que constituíram a comissão de avaliação bem como às avaliações e notas atribuídas, o que no entender do PSD não pode ser justificado com a pandemia do Covid-19,

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm endereçar, através de V. Exa, as seguintes questões ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

1 - Como justifica o Governo esta violação grave dos direitos dos investigadores que se candidataram ao programa acima referido?

2 - Vai o Governo resolver de imediato esta violação grave das regras de transparência e falta de respeito de respeito pelas equipas de investigação e proceder de imediato ao envio da

informação requerida aos investigadores interessados e que assim o desejarem?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2020

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.